

***POLITIZAÇÃO DA URGÊNCIA E LUTA DE CLASSES:  
Sobre a mediação da ação coletiva nos movimentos  
sem-teto\****

Flávia Gabriella Franco Mariano\*\*

Em toda formação brasileira, o poder econômico e político manteve-se singularmente vinculado ao domínio territorial e à posse da terra. Não surpreende que os conflitos políticos e insurgências populares que demarcam a história do país tenham, em geral, estabelecido, em maior ou menor grau, dimensões de disputas ou conquistas territoriais. A formação dos quilombos e do Arraial de Canudos no século XIX, a exemplo, representaram a formação de territórios de resistências em contraposição concreta e simbólica à estrutura social e fundiária baseada no latifúndio. A modernização que abriu o século XX, lograda sob a reprodução do padrão social e territorial de desigualdade, semeou em sua estrutura contradições urbanas que rearranjaram dinâmicas conflituais e lutas sociais.

A grande parcela de trabalhadores urbanos desprovidos de moradia induziu o surgimento de ocupações gradativas e espontâneas de áreas ociosas ou irregulares como forma de provimento imediato de moradias individuais e familiares. O processo de urbanização da sociedade brasileira condicionou a relação direta da reprodução da força de trabalho vinculada à industrialização com a formação de favelas e assentamentos precários em áreas periféricas das cidades. Bem como coloca Maricato (2012, p. 152), a “ invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização [...]. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais”.

Gohn (1991) evidencia que a luta dos moradores das favelas é longínqua no Brasil, registrada com maior intensidade a partir da década de 1950 nas capitais e áreas mais industrializadas. Estes movimentos das favelas corresponderam aos primeiros dos movimentos organizados nos/pelos bairros, caracterizados mais por

resistências à remoções e intervenções estatais repressivas que propriamente afrontamentos planejados.

Na primeira década de ditadura civil-militar estas movimentações foram duramente reprimidas e significativamente desarticuladas. Entretanto, como a forte vigilância, controle e repressão ditatorial dificultaram as mobilizações mais contundentes dentro das fábricas e as ações reivindicativas dos sindicatos, a “periferia, como locus de moradia por excelência dos trabalhadores, tornou-se o espaço de articulação de núcleos de organização popular” (KOWARICK, 1988, p. 157), ainda que não representassem necessariamente um substituto à ação e à organização sindical.

Frente ao crescente processo de periferização, a “obtenção de serviços básicos dependia de um esforço coletivo que agregasse os moradores” (KOWARICK, 1988, p. 141), desta forma, os esforços para pressionar o poder público para que se efetivassem alguns desses serviços desenvolviam-se de forma espontânea e dispersa:

Os estudiosos começaram a perceber que, apesar da repressão instaurada no país pelo regime militar, algo se movia nas periferias

das cidades: nos bairros desprovidos, fundamentalmente sob influência da Igreja Católica, surgiam aglutinações que reivindicavam por melhorias nos transportes, pavimentação e iluminação de ruas, creches e postos de saúde, extensão da rede de água e esgoto. Eram lutas isoladas, de caráter localista, raramente conseguindo uma organização que transcendesse os quarteirões situados em torno das paróquias ou associações de bairro (KOWARICK, 1988, p. 315).

Conquanto a história das lutas para conquista de moradia não possa ser limitada a este marco, os movimentos sociais centralmente organizados pela reivindicação de acesso à moradia demarcam-se a partir da ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terras rurais e urbanas no contexto das mudanças socioeconômicas engendradas após a crise na década de 1970. A reestruturação socioeconômica e política que incidiu na sociedade brasileira a partir desta década acirrou contradições socioeconômicas ao tempo que abriu possibilidades políticas para que estas ações de resistência tenham ganhado um sentido massivo e organizado pelo viés contestatório e reivindicativo.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[11]

Em vista disso, os movimentos sociais urbanos tiveram inserção relativamente recente no campo de investigação das ciências sociais, conquistando vigor temático nas análises sociais da realidade brasileira nas pesquisas que emergiram sob a expansão de lutas sociais neste período que deu fim à ditadura civil-militar. Ante ao contexto da chamada “abertura política”, nos anos finais da década de 1970 e década de 1980, um conjunto de “novos sujeitos sociais coletivos” (SADER, 1995) entra em cena protagonizando os processos de mudanças sociopolíticas em curso no país e nos paradigmas teórico-metodológicos nas ciências sociais e humanas.

No bojo desses sujeitos sociais coletivos, conquistou destaque o cenário urbano e as lutas sociais acerca da vida urbana. A liberalização política que encerrou regime ditatorial e as disputas em torno do processo constituinte oportunizaram condições para o fortalecimento da organização e participação popular, que eclodiram em lutas por demandas ao Estado; por reformas relativas à democratização, ampliação da cidadania e preservação e

ampliação de direitos sociais; e disputas em torno de valores sociais e morais.

A afluência de diversos fatores conjunturais, que se expressaram na revogação do Ato Institucional Nº5, na suspensão da censura, no decreto da anistia aos presos políticos e no restabelecimento do pluripartidarismo, dentre outras medidas políticas que significaram a distensão do regime autoritário, reorganizaram as lutas sociais e políticas até então militarmente combatidas. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as greves dos metalúrgicos em São Paulo, a retomada das grandes manifestações e, com destaque, a organização de movimentos sociais auto-organizados por seguimentos das populações periféricas corresponderam à inauguração de um novo ciclo de lutas pautados por demandas advindas das precárias condições de vida das classes populares.

Ressalta-se que esses movimentos não se desconectam da trajetória histórica das lutas políticas empreendidas pela esquerda no século XX. Entretanto, de acordo com Sader (1995), o elemento novo que surge com

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[13]

os movimentos sociais a partir dos anos 1970 diz respeito aos modelos de organização distintos dos tradicionais, demonstrando uma ruptura com as formas tradicionais de organização. Em que pese muitos deles tenham se inserido no elenco de intervenção dos partidos, sindicatos e, principalmente, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e Pastorais ligadas às da Igreja Católica, o que se tem são formas de organizações formalmente independentes do Estado, de suas instituições e dos partidos políticos.

Singer (1980, p.89) chama a atenção para o papel “central e direto” que os setores progressistas da Igreja Católica desempenharam “no plano das organizações por local de moradia”, atribuindo esta nova forma de organização política diretamente à influência das CEBs, e eventualmente à participação de outras Igrejas e grupos ideologicamente motivados. As CEBs atuaram como mola propulsora dos movimentos sociais deste período (SINGER, 1980), subsidiando científica e politicamente os debates e ações dos sujeitos marginalizados, e estabelecendo-se como referência ético-política central aos movimentos (DOIMO, 1995).

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[14]

Della Cava e Monteiro (1991) atribuem esta posição “eminente conjuntural” ocupada pela Igreja à ascensão interna à *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)* de um grupo engajado na reaproximação e ampliação de influência da Igreja sob as massas de trabalhadores pobres, a “Igreja do Povo”. No contexto do embate entre grupos progressistas e conservadores no interior da Igreja, agentes da Teologia da Libertação – ou Cristianismo da Libertação para Löwy (1991) – estimularam a multiplicação das CEBs, seu potencial aglutinador, e seu compromisso com a transformação das condições imediatas vivenciadas pela população pobre.

A atuação dos agentes vinculados a esses setores progressistas da Igreja Católica é considerada determinante e constitutiva na formação e expressão dos movimentos que surgem neste período pela ampla maioria dos estudiosos. Mammarella (1991) atenta-se que, entretanto, é pouco explorado nos textos críticos o significado e as consequências da vinculação estrutural das CEBs com a estrutura hierárquica da Igreja Católica e o teor ideológico dessa inserção. Além da intervenção de setores da Igreja

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[15]

Católica, a constituição destes movimentos populares recebeu, ainda, a ajuda de ONGs e o amparo político e logístico de militantes e parlamentares de partidos de esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores.

Interessa-nos, por hora, localizar o surgimento dos movimentos sociais e organizações de luta pela moradia neste conjunto de movimentos reivindicativos por bens e demandas coletivas que se identificam “pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos, pela sua linguagem, seus temas e valores” (SADER, 1995, p. 36-37) mas que, principal e primariamente, se caracterizam pelo recurso da “ação direta”. Os “conflitos de ação direta” que se colocam em um lugar social entre “o Estado, o mercado e a cultura”, subsidiados por instituições que não têm a política como fundamento (DOIMO, 1995), configuraram um novo tipo de expressão organizada de trabalhadores.

A década de 1980 fortaleceu diversas experiências de luta por moradia urbana, engendrando a gênese dos movimentos sem-teto que surgiram em meados da década de 1990. Sob a égide do neoliberalismo, intensificaram-se processos organizados de ocupação de prédios e terrenos

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[16]

vazios. Diante da distensão das contradições urbanas – geradas pela intensa precarização do trabalho e o crescimento do desemprego estrutural – os movimentos sem-teto conquistaram visibilidade ao longo das últimas décadas denunciando, principalmente por meio da ação direta, a concretude da desigualdade socioeconômica e a injustiça contida nas ações de especulação imobiliária.

Foi neste período que, a partir de uma elaboração nacional do MST, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que conquistou nos últimos anos significativa repercussão social e midiática, despontando grandes passeatas de rua e agregando milhares de pessoas nas grandes metrópoles do país. Como aponta a pesquisa de Goulart (2011), o nascimento do MTST expressou uma análise sobre a conjuntura que levou a ampliação da luta pela reforma agrária também para as cidades.

A conjuntura neoliberal em que surgem os movimentos sem-teto impõe novas formulações internas e novos modos de enfrentamento com o Estado e o capital (GOULART, 2011). A hipótese presente na maior parte da bibliografia sustenta que estes movimentos, a despeito de

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[17]

sua heterogeneidade, constituem uma resposta aos efeitos materiais do projeto neoliberal. Coadunamos que a práxis sem-teto é delineada no curso do enfrentamento cotidiano das reverberações concretas e ideológicas da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no país.

### **Novos movimentos sociais classistas**

Goulart (2011) retoma a história recente dos movimentos sociais a partir de uma investigação sobre a literatura analítica produzida sobre o tema nestas últimas décadas. A autora identifica três eixos principais de análise que conduzem estas produções: o que parte da condição macroestrutural e da formação das demandas coletivas dentro da dinâmica do capital e das contradições sociais dela decorrentes; o debate da relação destes movimentos com o Estado, instituições e suas formas de organização; e discussões baseadas na noção de identidade e cultura como princípio aglutinador e mobilizador dos movimentos. Este último, difundiu-se amplamente embasando o conceito de “novos movimentos sociais”.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[18]

Galvão (2008) também dispõe que, principalmente na década de 1980, difundiram-se perspectivas em oposição à centralidade da luta de classes, nas quais se incluem a teoria dos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1980; OFFE, 1985; TOURAINE, 1985 *apud* GALVÃO, 2008), da mobilização de recursos e mobilização política (MCCARTHY, 1977; TARROW, 1994 *apud* GALVÃO, 2008), e do reconhecimento (HONNETH, 2003; FRAZER, 2001 *apud* GALVÃO, 2008). Em geral, essas bibliografias deslocam o centro dos conflitos sociais para questões culturais, sociais e “pós-materialistas” (identidade, reconhecimento), desarticulando-os do conflito entre capital e trabalho.

A ideia de “novos movimentos sociais” compõe análises interpretativas segundo as quais o esgotamento da sociedade industrial, que produziu os “movimentos tradicionais” vinculados ao mundo do trabalho, teria emergido novos embates e motivações que extrapolam as relações de classe. Nesta perspectiva, a atual sociedade, caracterizada pelos serviços e tecnologias da informação, estaria fazendo surgir movimentos sociais desvinculados da

inserção de classe, mas “portadores de reivindicações em favor de uma sociedade civil mais autônoma em relação ao mercado e ao Estado”, e com demandas “dispersas e universalistas ou, então, específicas de coletivos distintos das classes” (TRÓPIA, 2008, p. 12).

Pinheiro (2010b) analisa as principais linhas que, inspiradas nestas tradições teóricas, embasam os estudos sobre as mobilizações populares que se desenvolveram no Brasil nas últimas décadas. O autor identifica que os resultados destes estudos estabelecem um critério subjacente comum, que remete também à um pressuposto analítico sobre a conjuntura social brasileira. Lançando mão das categorias identidade (EVERS, 1984 *apud* PINHEIRO, 2010b), democracia (CARDOSO, 1983 *apud* PINHEIRO, 2010b) e retórica “expressivo-disruptiva” e “integrativo-corporativa”<sup>2</sup> (DOIMO, 1995) para interpretar o que

---

<sup>2</sup> Doimo (1995, p. 69) identifica nos movimentos sociais brasileiros uma certa dinâmica pendular entre a retórica expressivo-disruptiva, “pela qual se manifestam valores morais ou apelos ético-políticos tendentes a deslegitimar a autoridade pública e a estabelecer fronteiras intergrupos”, e a integrativo-corporativa, “pela qual buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e

caracteriza unitariamente a diversidade de movimentos que se desenvolveu a partir da década de 1980. O que esses estudos têm em comum é:

[...] pressupor a categoria de cidadão como núcleo constitutivo básico subjacente à diversidade dos atores políticos, mesmo porque, é através dos recursos simbólicos, jurídicos e materiais mobilizáveis por essa categoria que os movimentos analisados se constituíram e formularam suas reivindicações. Ora, através do estatuto jurídico-político de cidadão o Estado constitui os indivíduos como sujeito de direito e lhes cobra lealdade e tanto organiza como governa e representa o povo-nação. Eis a totalidade pressuposta, embora recusada como possibilidade teórica (PINHEIRO, 2010b, p. 14-15).

Este eixo teórico comum busca se sustentar na variação entre padrões político-liberais e formas anti-sistêmicas ambigualmente contidas no desenvolvimento dos movimentos. Estas análises, entretanto, expressam o que alerta Trópia (2008): a inserção de classe dos ativistas ou

---

serviços, não sem disputas intergrupos e interpelação direta aos oponentes”.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[21]

militantes torna-se uma questão estranha aos teóricos que compõem o conjunto de hipóteses tomadas como “novos movimentos sociais”. Muito embora nosso objetivo neste trabalho não seja debater diretamente a constituição destas matrizes interpretativas, por certo, nossa abordagem localiza-se em contraste direto com os pressupostos que as fundam.

No sentido de pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade, Galvão (2011) anuncia:

Diferentemente de uma perspectiva que faz apologia da sociedade civil e dos movimentos sociais como polo de resistência ao Estado, como se este não mais importasse, como se os sujeitos que se mobilizam pudessem transformar a sociedade prescindindo da tomada do poder e como se esta estivesse definitivamente descartada, a concepção marxista nos permite olhar de maneira dialética para a relação Estado-sociedade civil (GALVÃO, 2011, p. 121).

Em acordo com Pinheiro (2010a), no provocativo artigo “novos movimentos sociais classistas”, compreendemos que falta a estas perspectivas teóricas

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[22]

perceber a luta de classes que se processa vividamente no interior das classes populares e de suas relações. Entende-se que as classes se produzem e agem politicamente enquanto classes, à medida que articulam determinações objetivas com a própria experiência enquanto classe. Sob esse prisma, é necessário que o enfoque lógico não se sobreponha ao histórico, entendendo posicionamento e comportamento político dentro de processos sociais historicamente construídos. À medida que a experiência de classe<sup>3</sup> se relaciona dialeticamente com as transformações na produção, os conflitos sob os quais agem ativamente os movimentos sociais se delineiam por disposições sociais e históricas.

---

<sup>3</sup> Incorporamos a noção de experiência, cunhada por Thompson (1987) como categoria relevante na análise das classes sociais, com fim a ressaltar a vivência objetiva e subjetiva das relações produtivas compartilhadas na definição histórica e conflitual destas. Thompson (1987, p. 17) aponta que “o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril”. A despeito de demais desdobramentos desenvolvidos por Thompson (1987), consideramos as dimensões da experiência compartilhada de classe, quais sejam padrões e regularidades de interesses, modos de vida e ações partilhadas, como informantes da existência concreta destas.

Trata-se de uma noção de classe como fenômeno *histórico, processual e relacional*. Ainda que recusando a negação da primordialidade do lugar na produção social, temos que a análise da política construída no movimento sem-teto deve, de antemão, considerar a definição de classe simultaneamente em nível econômico, político e ideológico.

A noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma (BENSAÏD, 1999, p.147).

Segundo Galvão (2011, p. 110), esta definição de classe, que se volta para a superação tanto do economicismo como da indeterminação e do relativismo absoluto, "permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes". Neste ponto, os conceitos de classe, poder e estrutura propostos por Poulantzas (1977) auxiliam no entendimento das lutas e movimentos populares, e das

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[24]

próprias camadas populares de trabalhadores, em relação às estruturas de dominação. Para Poulantzas,

[...] se a classe é de fato um conceito, não designa, contudo, uma realidade que possa estar situada nas estruturas: designa, sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe (1977, p. 65).

Prossegue, ainda, definindo o poder como um lugar de dominação e subordinação relativo às estruturas como conjunto:

Em particular, em uma formação capitalista caracterizada pela autonomia específica dos níveis de estrutura e de práticas, e dos respectivos interesses de classe, podemos ver nitidamente a distinção entre o poder econômico, o poder político, o poder ideológico, etc., consoante a capacidade de uma classe para realizar os seus interesses relativamente autônomos em cada nível. Em outras palavras, as relações de poder não se situam unicamente no nível político, da mesma maneira que os interesses de uma classe não se situam unicamente ao nível econômico (POULANTZAS, 1977, p. 109).

Considerar a assimetria nas relações sociais de produção cabe, pois, compreender a noção de estrutura como conjunto de relações dadas economicamente, jurídico-politicamente e ideologicamente, e que, como escrevem Marx e Engels (2007):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007).

O equívoco, sobretudo, reside em analisar os repertórios (TILLY, 2010) e o enquadramento interpretativo (TARROW, 2009) que identifica a ação dos movimentos sociais de forma descolada das estruturas de

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[26]

reprodução e dominação em todas as suas esferas, ignorando, assim, que à matriz no modo de produção capitalista – personificado nas categorias econômicas capital e trabalho – articulam-se formas específicas de estruturação social, valores e formas de apreensão da realidade.

A consciência de classe – como processo que condiciona a existência subjetiva da classe – é um fenômeno histórico, dialético e não desenvolve de forma inexoravelmente linear. Neste sentido, o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos trabalhadores pobres ocorre também a partir dos processos de constituição ideológica próprios à subalternidade a que são condicionados. A partir do repertório instituído – e multideterminado – na experiência social e na organização política, constituem-se contradiscursos (CHAUÍ, 2014), de desconstrução de discursos e argumentos dominantes.

Fornecendo uma noção ampla de movimento social, Vakaloulis (2005) evidencia a intrínseca relação entre as relações de subordinação de classe e as relações sociais de

protesto na sociedade capitalista. Para o autor, o conceito de movimento social refere-se:

[...] a um conjunto mutável de relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo contemporâneo. Essas relações se desenvolvem de forma desigual em seus ritmos, sua existência reivindicativa, sua constância e sua projeção no futuro e, finalmente, em sua importância política e ideológica. Sua origem comum, se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização (VAKALOULIS, 2005, p. 132).

Ao tratar dos movimentos sociais na nova fase do capitalismo, Mouriaux (2002) elabora uma tipificação das lutas sociais e políticas, na qual se refere às lutas de urgência. Tomamos os movimentos sem-teto dentro deste bojo de lutas sociais pautadas pela garantia imediata de demandas elementares à sobrevivência, empreendidas por parcelas de classes trabalhadoras submetidas a condições de deterioração socioeconômica.

Por esta característica elementar, no repertório das lutas sem-teto é possível perceber uma dualidade latente entre trabalhador/cidadão, denotando uma dialética pendular entre o estatuto jurídico-político (cidadão, sujeito de direito que reivindica habitação como garantia legalmente instituído) e o estatuto relativo à estrutura econômica (trabalhador, empregado ou desempregado desprovido de acesso ao mercado imobiliário). Pinheiro (2010b, p. 11-12) aponta que estas categorias remetem ao todo estruturado que é a sociedade capitalista e que: “devido à limitação imposta à primeira pela ditadura, a condição de trabalhador foi a condição a partir da qual se reivindicava direitos de cidadania, o que se inverteu com a transição para a democracia representativa, mas não saímos do campo da luta de classes”.

Conforme afirma Bensaïd (1999, p.166), “o capital põe em evidência os obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais. A esses obstáculos próprios à relação de produção acrescentam-se os efeitos específicos das vitórias e dos fracassos políticos”. É nessa imbricação estrutural-

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[29]

conjuntural que se desenvolvem as diferentes formas de mediação da ação coletiva dos dominados, como o são os movimentos sociais que aqui focamos.

Compreender os posicionamentos expressos nas ações coletivas requer, então, analisar condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante e da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política (GALVÃO, 2011), e que conseqüentemente, como as que refutamos, fujam à centralidade da luta de classes na análise dos movimentos sociais que não imprimem diretamente em seus discursos a ruptura com o capital. De tal modo, é necessário atentarmos para os condicionantes simbólicos, culturais e ideológicos na análise dos movimentos sociais.

Lançamos olhar sob os movimentos sem-teto brasileiros concebendo suas demandas, reivindicações e formas de luta que envolvem a pauta da habitação como expressões conjunturais das relações sociais de produção no

qual estão imbricados<sup>4</sup>. Bem como os movimentos sem-teto não estão descolados da totalidade da realidade social, sua base social só existe sendo antípoda de um modelo de produção capitalista das cidades e do urbano, que mercantiliza o solo e a habitação<sup>5</sup>:

Entendemos que a organização e movimentação dos sem-teto relaciona-se diretamente aos efeitos das condições precárias de vida urbana estabelecidas no processo de urbanização dependente e agravadas no advento do neoliberalismo brasileiro sobretudo, trabalho, moradia e a segregação quanto ao acesso a equipamentos sociais da cidade, como educação, transporte, saúde, saneamento básico, espaços de cultura e lazer, etc. O movimento sem-teto é um modo de contestação contra expressões de exploração e dominação que emergem no capitalismo

---

<sup>4</sup> E que, como defenderemos mais à frente, constituem-se na experiência da sua base social.

<sup>5</sup> Como demonstra Pinheiro (2010b), o movimento de mercantilização e valorização do solo urbano é o que estabelece a contradição entre as demandas populares por habitação e o mercado imobiliário.

contemporâneo, portanto, acordamos com Galvão (2011, p. 123) que, justamente por emergir no capitalismo, “a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista” deste movimento.

Lojkine (1981) enfatiza que qualquer reivindicação material dos movimentos populares ou diz respeito a bens que circulam como mercadorias ou a bens de consumo coletivo que integram as condições gerais de produção. Nessa perspectiva, ressalta-se que a reivindicação de natureza jurídico-institucional, como o direito à moradia e à infraestrutura urbana, tem impacto em algum grau sobre a produção e/ou distribuição de mercadorias diretas e indiretas. São, enfim, “reivindicações do trabalho em face do capital, embora não apareça necessariamente como tal nas práticas discursivas dos atores políticos” (PINHEIRO, 2010b, p. 13).

Esta dialética aparece de diferentes formas e intensidades no travamento dos conflitos e na composição das reivindicações, exprimindo em seu conteúdo a experiência cultural dos sujeitos políticos. À vista disso,

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[32]

investigar as expressões de classe contidas no posicionamento, na participação e na prática política dos movimentos sem-teto denota convir que a relação entre comportamento político e classe objetivamente constituída (BENSAÏD, 1999) não é automática. Em concordância com o que expressa Bensaïd (1999, p.167), “a estrutura social de classe não determina, portanto, mecanicamente a representação e o conflito políticos”. Não estamos tratando de relações determinadas unilateralmente, mas de uma multideterminação (GALVÃO, 2011).

A maneira como trabalhadores marginalizados, tolhidos de uma série de acessos, assimilam os limites objetivos e ideológicos impostos pelo capitalismo neoliberal revelam a dinâmica conflitiva que pulsa nos processos de atribuição de significados e sentidos às lutas. A forma como tais lutas tomam a condição de trabalhador para formular e significar as reivindicações por direitos impelem as potencialidades que projetam como horizonte da sua luta.

### **A politização da urgência na luta por moradia**

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[33]

Como afirma Sader (1995, p. 222) "a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano". Mirando os processos de diferentes inserções e envolvimento no âmbito da luta coletiva por acesso à moradia, identificamos expressões do que Bonduki e Kowarick (1988) caracterizam como "politização" dos sujeitos e demandas a partir das reivindicações coletivas, forjando a ação coletiva por meio de um processo de "consciência da exclusão", que abre um campo de resistência à lógica sistêmica, muitas vezes a partir da desobediência civil e da insubordinação.

Esta proposição abarca, antes de tudo, a percepção da luta reivindicativa por moradia é produto próprio da espoliação material e simbólica a que são submetidas as classes trabalhadoras nas cidades, desvelando correspondências entre a localização na estrutura social e as maneiras específicas de experimentar a segregação, a exploração, opressão e, não menos, a ação coletiva.

Conforme observa Lefébvre (2001), a reprodução das relações sociais de produção é o papel mais importante que a organização espacial da cidade está destinada a cumprir, e é principalmente por meio de áreas sociais segregadas que ela se implementa. Entendemos, pois, essa segregação territorial, que marcou a urbanização brasileira e se aprofundou nas últimas décadas, como expressão concreta da relação entre as classes sociais no espaço urbano, impondo-se como uma forma de delimitação espacial da espoliação social.

Ao tomarmos a cidade como campo concreto de disputa entre classes sociais, entretanto, não consideramos que os embates sociais traduzem uma polarização simplesmente bilateral. Isto posto, não se pode ignorar a heterogeneidade dos próprios movimentos sem-teto, especialmente, sua relação com outras frações/grupos sociais, pois tanto como a classe é relacional, os modos de agir politicamente destes setores de classe também o são.

Bourdieu (1990) destaca que a construção das visões de mundo não se dá num vazio social, mas está

submetida a coações estruturais embutidas na experiência durável de uma posição socialmente ocupada. As relações que tramam a prática política destes movimentos populares imbricam-se em referências e representações que instituem a periferia como espaço, não apenas geográfico, mas social.

As condições materiais dos sujeitos que compõem os movimentos sem-teto, determinadas pela espoliação urbana, são o terreno sobre o qual se baseia sua organização, condicionando a plataforma reivindicativa e a orientação político-ideológica dos movimentos. A privação (de acesso à habitação e aos bens e serviços coletivos) é a condição imediata para a organização dos movimentos sem-teto, no entanto, obviamente, não é suficientemente determinante, como comprovam a grande massa de brasileiros que não possuem moradia digna e não aderem aos movimentos sociais sem-teto.

Os processos de percepção da carência comum como uma condição sistematicamente compartilhada a este conjunto de trabalhadores e de transformação da urgência em pauta de mobilização reivindicativa são o que diferencia os sem-teto de outros setores sociais desprovidos de

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[36]

habitação, à exemplo, dos moradores de rua – aqui entendidas como duas categorias analíticas distintas sob estes aspectos. Ainda que se caracterizem como fração de classe a partir da materialidade, os sem-teto se constituem como sujeito coletivo e como categoria analítica exatamente a partir de sua participação nas ocupações urbanas e, especificamente, nos movimentos reivindicativos de moradia. A categoria sem-teto pressupõe, assim, “[...] uma identidade forjada a partir de práticas eminentemente políticas, a casa própria é assumida como horizonte a ser obtido através de ações coletivas [...]” (FRÚGOLI JR; AQUINO; COSTA, 2006, p. 15-16).

A transformação das privações em pautas de organização e mobilização, na percepção de Kowarick (1984), deve ser entendida com base em processos desencadeados no contexto específico das múltiplas experiências marginais. Estes processos reportam-se ao viver cotidiano dos sujeitos urbanos periféricos, permeado por frequentes embates, organizados a partir de demandas coordenadas e dotadas de visibilidade. A crítica sobre a

naturalidade da associação entre carências e conflitos atenta-nos para o aprofundamento analítico dessa mediação, em geral, formalizada pelos movimentos sociais (KOWARICK, 1984).

Nesse sentido, é importante considerar que a constituição destas ações coletivas é mediada pelos projetos políticos e concepções ideológicas articulados pelas organizações que as organizam e representam. Os discursos e percepções simbólicas, que denotam posições sociais em conflito no campo das relações sociais, remetem à organização interna dos movimentos que, como bem coloca Goulart (2011), corresponde a pensar sua unidade central, as bases sob as quais se erguem os pilares que sustentam seu crescimento e as “rachaduras” que geram as rupturas e mudanças em seu projeto e ação.

Muito embora a maior parte dos movimentos sem-teto não tenham um projeto político formalmente sintetizado e que apresentem como tal, o conjunto de declarações sobre suas propostas, de relações, alianças e ações políticas nos contextos sobre os quais incidem

informa-nos sobre muitas das leituras e dos sentidos direcionados na mediação da luta.

Entendemos que a leitura social sobre as situações que condicionam sua base está expressa, sobretudo, na identificação destas organizações como movimentos populares, remetentes à ação coletiva de trabalhadores pobres. A constante afirmação das ocupações sem-teto enquanto uma luta de trabalhadores que sobrevivem com rendas insuficientes para suprir todas as necessidades familiares indicia uma ação política classista – ainda que em muitos casos como forma defensiva de justificar a insubordinação.

A condição de marginalidade é assimilada no curso do entendimento da ação coletiva como luta popular. Esta designação, que, indica Weffort (1978, p. 02), remete à organização dos “[...] setores sociais – urbanos ou rurais, assalariados, semi-assalariados ou não-assalariados – cujos níveis de consumo estão próximos aos mínimos socialmente necessários para a subsistência”, assinala

processos de construção da identidade coletiva perpassados pela consciência de ser uma camada socialmente espoliada.

Frente às contradições urbanas vivenciadas por esta base social, os movimentos sem-teto se centralizam pela reivindicação de acesso à moradia e aos bens e serviços urbanos relacionados às condições de habitação. A casa “não é uma ilha na cidade” (MARICATO, 1997, p. 46) e, não o sendo, só existe necessariamente associada a todo e qualquer serviço que seja essencial à vida humana. Esta perspectiva está impressa na constituição da agenda reivindicativa dos sem-teto e reverbera no cotidiano político das ocupações.

A reivindicação de moradia, portanto, significa objetivamente a reivindicação de um conjunto de acessos que se relacionam com a habitação urbana, dirigida aos órgãos e entidades do Estado. Esse patamar de luta caracteriza, ademais, uma relação conflitiva e interdependente à qual, segundo Quijano (1978), são condicionados esses trabalhadores marginalizados dentro da lógica da estrutura geral. Conjecturamos que o autor

denomina como binômio exploração e ajuda ou “compensação” diz respeito a relações estruturais de dominação, contrapostas por resistências, materializadas nas ocupações e na interlocução com o Estado.

### **Considerações Finais**

Como argumenta Castells (1976), na interação entre o lugar do problema urbano na estrutura social, o lugar do grupo social nas relações de classe e as características político-ideológicas das organizações intervenientes é que se encontra o segredo último dos movimentos sociais urbanos. Nesse sentido, apreendemos que esses movimentos são expressões políticas formuladas na experiência objetiva e subjetiva da classe que compõe sua base social, que vive sob os antagonismos sociais e se constitui a partir deles.

Os conflitos que envolvem a posse dos terrenos urbanos podem ser compreendidos como embates entre

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[41]

projetos de conservação e de subversão da ordem espacial orientada pela propriedade privada e dirigida pelos interesses do capital. A luta por moradia, baseada nas próprias contradições da dinâmica da sociedade capitalista, confronta o urbano instituído, expondo as fissuras dos mecanismos de dominação do capital. São dessas fissuras, pois, que brotam as práxis criativas, dispostas a romper com a ordem dada, e a alterar ou reconstruir materialidades e sociabilidades.

O fato é que, objetivamente, estes trabalhadores sentem na pele a contradição entre a concentração do excedente social e a precarização das condições de reprodução da força de trabalho – contradição esta que não só se mantém como se aprofunda nos países da periferia do sistema –, e politizam no movimento social tanto a urgência quanto a demanda. Por certo, estes processos não são homogêneos ou totalizantes, e muito menos isolados. Se estas contradições representam as fissuras do programa político reivindicado por esses movimentos, voltando-nos às bases sociais sem-teto, fica evidente que, quando falamos

em luta de classes, não estamos abordando um processo binário ou bilateral, e muito menos exterior às relações endógenas aos movimentos.

Uma vez que os movimentos sem-teto se constituem como coletividade a partir da vivência das experiências de privação, faz-se necessário compreender aqui que não só a objetividade, mas também a subjetividade destas experiências, são formulações relacionais. O cotidiano dos processos de politização das condições de marginalidade, nos revelaram a luta de classes que ocorre vividamente nos diversos processos individuais e coletivos de formulação e representação frente à realidade experimentada. As expressões de classe sobre as carências e privações relativas à espoliação urbana são produtos de embates, não só concretos, mas fundamentalmente ideológicos.

Na organização e na ação coletiva dos sem-teto estão presentes conteúdos que, direta ou indiretamente, confrontam a produção capitalista da pobreza e da desigualdade por meio da legitimação quase absoluta da propriedade privada; bem como o sistema jurídico-político

que a sustenta. Este processo aberto de conversão das contradições em contestação aponta para a interpelação do antagonismo originário da posição de classe ao passo que, no confronto com as estruturas que coordenam a reprodução das classes, articula-se a disputa pela organização da cidade enquanto processo sistêmico.

As lutas das classes trabalhadoras no âmbito da reprodução da força de trabalho não podem, portanto, ser compreendidas como dissociadas das relações sociais de produção capitalista, de seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Consideramos possível inferir que, apesar das limitações e dificuldades que condicionam os movimentos e as ações populares, a criação de táticas e estratégias de reformulação da sobrevivência urbana apresenta sua potencialidade transformadora, não pela força de condições já estabelecidas, mas, como bem definiu, Lefebvre (2001) pela desnaturalização delas.

### **Referências**

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[44]

BENSAÏD, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.141-174.

BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: Do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

CASTELLS, Manuel. A conclusão está na rua. In: CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político*. Coleção: cidade em questão, v.5, Porto: Afrontamento, 1976.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELLA CAVA, Ralph; MONTEIRO, Paula. *E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos populares e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[45]

FRÚGOLI JR., Heitor; AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de; COSTA, Daniel de Lucca Reis. Quadro recente dos conflitos sociais no centro de São Paulo: o movimento de luta por moradia e a população em situação de rua. In: *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiânia: ABA (Associação Brasileira de Antropologia), 2006.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Revista Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 107-126, mar. 2011.

GALVÃO, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008. *Anais do...* Caxambu: out. 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto – MTST. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade: impasses e desafios. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.315- 326

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[46]

KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro, as lutas sociais em São Paulo na década de 70. *Presença*, n. 2, fev. 1984.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Col Polêmicas do nosso tempo, v. 39. São Paulo: Cortez, 1991.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MAMMARELLA, Roseita. *Movimentos sociais urbanos: pensando uma realidade em construção*. Ensaio FEE. Porto Alegre, n. 14, p. 188-226, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[47]

MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. Entrevista concedida a Andréia Galvão. *Revista Crítica Marxista*, v.1, n. 14, 2002, p. 150-170.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. *Revista Aurora*, Marília, ano VI, n. 6, ago. 2010a.

PINHEIRO, Jair. Uma análise estrutural dos movimentos populares urbanos. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, IV, UEL. *Anais...* Londrina: GEPAL, 2010b, p. 11-18

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p.11-72.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 83-107.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, janeiro-julho, n. 3, p. 133-160, mês, 2010.

TRÓPIA, Patricia Vieira. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais. *Revista Trabalho Necessário*, ano 6, n. 7, 2008.

TRÓPIA, Patricia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2004.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

## **RESUMO**

O texto busca apresentar um panorama analítico acerca dos movimentos populares brasileiros e da luta por moradia nos

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.  
[49]

movimentos sem-teto, articulando e problematizando perspectivas teóricas acerca desta temática no campo político-sociológico. Para tanto, resgatamos o debate acerca do caráter classista destes movimentos, caracterizados pela politização da privação e da urgência vivenciadas por trabalhadores pobres urbanos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Movimento sem-teto; Classe Social.

#### **ABSTRACT**

The text seeks to present an analytical overview about brazilian popular movements and the struggle for housing in homeless movements, articulating and problematizing theoretical perspectives about this subject in the political-sociological field. To do so, we rescued the discussion about the class nature of these movements, characterized by the politicization of the deprivation and the urgency experienced by urban poor workers.

Palavras-chave: Social Movements; Homeless Movement; Social Class.